

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 52/2025

**Relator: Vereador José Humberto Santiago Rodrigues**

### **Ementa:**

Altera a Lei Municipal nº 3.979, de 05 de julho de 2005, e dá outras providências.

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 52/2025 tem por finalidade acrescentar o inciso X ao artigo 8º da Lei Municipal nº 3.979/2005, que dispõe sobre o transporte escolar no Município de Itaúna. O novo dispositivo estabelece a obrigatoriedade da instalação de sistema de posicionamento global GPS nos veículos utilizados para esse fim.

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça apreciar a legalidade, constitucionalidade e juridicidade da proposição.

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto está em conformidade com a competência legislativa do Município, nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que atribuem aos municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A medida proposta visa ao aprimoramento do serviço de transporte escolar, reforçando a segurança e a fiscalização por meio do monitoramento em tempo real dos veículos, o que beneficia diretamente os estudantes, suas famílias e a administração pública.

A proposta não apresenta vício de iniciativa, respeita os princípios da legalidade e da razoabilidade.

### **III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, este relator se manifesta **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 52/2025, por estar em conformidade com a legislação vigente e apto a seguir para deliberação em plenário.

Sala das Comissões, 07 de maio de 2025.

**José Humberto Santiago Rodrigues**  
*Membro Relator*

**Dalmo Assis de Oliveira**  
*Presidente da CCJ*

**Israel Antônio Lúcio Neto**  
*Membro*

